



Diário Oficial do **MUNICÍPIO**

Prefeitura Municipal de Amargosa

1

Quarta-feira • 24 de Maio de 2017 • Ano V • Nº 1595

Esta edição encontra-se no site: www.amargosa.ba.io.org.br em servidor certificado ICP-BRASIL

Prefeitura Municipal de **Amargosa publica:**

- **Portaria Nº. 246 de 23 de maio de 2017** - Designar servidores municipais como fiscais de contrato de convênio.
- **Portaria Nº. 247 de 23 de maio de 2017** - Revoga a Portaria 250/2016 e dá outras providências.

TRANSPARÊNCIA
AUTONOMIA OFICIALIDADE

Imprensa Oficial. Tá aqui, tá legal.

Lei exige que todo gestor publique seus atos no seu veículo oficial para que a gestão seja mais transparente. A Imprensa Oficial cumpre esse papel.

Imprensa Oficial
a publicidade legal
levada a sério

Portarias



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ: 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Amargosa, Bahia, CEP: 45.300-000
Telefax: 75 3634.3977 - gabinete@amargosa.ba.gov.br

PORTARIA Nº. 246 DE 23 DE MAIO DE 2017

*Designar servidores municipais como
fiscais de contrato de convênio.*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE AMARGOSA**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao Art. 67º da Lei Nº 8.666/93, considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;
- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;
- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- Comunicar formalmente à Diretoria de Projetos, Convênios e Contratos - DICONV, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
- Solicitar, à Diretoria de Projetos, Convênios e Contratos - DICONV, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;
- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à Diretoria de Projetos, Convênios e Contratos – DICONV, para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ: 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Amargosa, Bahia, CEP: 45.300-000
Telefax: 75 3634.3977 - gabinete@amargosa.ba.gov.br

#

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades se encontram de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;
- Notificar a contratada para sanar as irregularidades detectadas nos serviços/obras ou para efetuar a entrega dos materiais;
- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;
- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;
- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;
- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;
- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;
- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);
- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);
- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;
- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;
- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;
- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);
- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;
- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;
- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou

#



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ: 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Amargosa, Bahia, CEP: 45.300-000
Telefax: 75 3634.3977 - gabinete@amargosa.ba.gov.br

serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Manter-se informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os Servidores **Sidnei Simas dos Santos** (Titular), Matrícula nº 664200 ocupante do cargo Engenheiro Civil, e **Marcelo Sales Souza Santos** (Suplente), Matrícula nº 664164 ocupante do cargo de Auditor Contábil, para exercerem a função de fiscal do Contrato nº 153/2016 – Tomada de Preços nº 004/2016, o qual tem por objeto: execução das obras e serviços de implantação de pavimentação em paralelepípedo com drenagem de águas pluviais em ruas de Amargosa, com vistas ao atendimento do Contrato de Repasse nº 01023660-26.

Art. 2º. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 3º. O descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelos órgãos competentes.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se!

Registre-se!

Cumpra-se!

Gabinete do Prefeito, 23 de maio de 2017.

Júlio Pinheiro dos Santos Júnior

Prefeito Municipal

#



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA
CNPJ: 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Amargosa, Bahia, CEP: 45.300-000
Telefax: 75 3634.3977 - gabinete@amargosa.ba.gov.br

PORTARIA Nº. 247 DE 23 DE MAIO DE 2017

Revoga a Portaria 250/2016 e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE AMARGOSA**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a Portaria de número 250/2016, que trata de concessão de estabilidade econômica, foi publicada em 28/12/2016;

CONSIDERANDO que o art. 21, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade fiscal - LRF veda o aumento de despesa com pessoal nos últimos 180 (cento e oitenta) dias do término do mandato do chefe do poder executivo.

CONSIDERANDO que qualquer ato que viole o art. 21, parágrafo único, da LRF é nulo de pleno direito e, portanto, não produz qualquer efeito jurídico.

CONSIDERANDO que Portaria de número 250/2016 foi publicada nos últimos 4 (quatro) dias do mandato da ex gestora municipal, o que torna o ato ilegal e nulo de pleno direito;

CONSIDERANDO que o art. 92, parágrafo primeiro, do Estatuto do Servidor Público de Amargosa determina que as condições, critérios, base de cálculo e os parâmetros para apuração da Estabilidade Econômica serão fixados em regulamento específico por Decreto;

CONSIDERANDO que, até o momento, o art. 92 do Estatuto do Servidor não foi regulamentado por Decreto Específico;

CONSIDERANDO a inexistência de estudo de impacto financeiro prévio à publicação da Portaria 250/2016;

#



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA
CNPJ: 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Amargosa, Bahia, CEP: 45.300-000
Telefax: 75 3634.3977 - gabinete@amargosa.ba.gov.br

CONSIDERANDO que a Súmula 346 do Supremo Tribunal Federal - STF assegura que a Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica revogada a Portaria de nº 250/2016, por tratar-se de ato ilegal e nulo de pleno direito, não produzindo qualquer efeito jurídico desde a sua origem.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Publique-se!

Registre-se!

Cumpra-se!

Gabinete do Prefeito, 23 de maio de 2017.

Júlio Pinheiro dos Santos Júnior
Prefeito Municipal